

MARTINHO NOBRE DE MELO E A UNIÃO DOS INTERESSES ECONÓMICOS: A DEFESA DA REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL NO JORNAL *O SÉCULO*

Priscila Musquim Alcântara de Oliveira*
Leandro Pereira Gonçalves**

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a participação de Martinho Nobre de Melo como colaborador do jornal *O Século* no ano de 1925 e sua inserção junto ao empresariado que formava a União dos Interesses Económicos portuguesa. Nobre de Melo foi político português, próximo ao Integralismo Lusitano, que exerceu a função de embaixador do Brasil entre os anos de 1932 a 1945. O artigo também se propõe a analisar como essa aproximação influenciou no discurso e nas ações de Nobre de Melo enquanto embaixador no Brasil.

Palavras-chave: Martinho Nobre de Melo; jornal *O Século*; União dos Interesses Económicos.

Abstract: This article proposes to analyze the participation of Martinho Nobre de Melo as columnist of the newspaper *O Século* in the year 1925 and his relation with the entrepreneur of the Union of Economic Interests (União dos Interesses

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora com estágio no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (PDSE-Capes). Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). priscila.musquim.alcantara@gmail.com

** Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com estágio no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e com pós-doutoramento pela Universidad Nacional de Córdoba (Centro de Estudios Avanzados/Argentina). leandro.golcalves@puhrs.br

Económicos), in Portugal. Nobre de Melo was Portuguese politician, with affinities to the Lusitanian Integralism (Integralismo Lusitano). He was ambassador of Brazil between 1932 to 1945. The article also proposes to analyze how this experience influenced his work as ambassador in Brazil.

Keywords: Martinho Nobre de Melo; *O Século*; União dos Interesses Económicos.

Martinho Nobre de Melo foi embaixador de Portugal no Brasil durante um longo período, de 1932 a 1945. Foi figura ativa nas relações entre os dois países em contextos turbulentos, envolvendo a Segunda Guerra Mundial e experiências autoritárias, tanto no Brasil, sob o governo de Getúlio Vargas, quanto em Portugal, com António de Oliveira Salazar.

Nascido em 1891, formou-se em Direito e, antes de assumir a embaixada de Portugal no Brasil, ocupou as pastas do Ministério da Justiça e Negócios Estrangeiros. Com uma formação pautada notadamente nos preceitos do Integralismo Lusitano (IL), com atuação como dirigente da Cruzada Nun'Alvares¹ e participação no governo ditatorial do General Gomes da Costa, Nobre de Melo sempre ocupou um papel de destaque na política portuguesa.

Ao longo do ano de 1925, aproximou-se de um grupo composto por representantes do empresariado português ligado aos setores do comércio, da indústria e da agricultura – a União dos Interesses Económicos (UIE) – e, por meio d'*O Século*, jornal então mantido pelo grupo, escreveu dezenas de colunas com temas afins aos defendidos pelo empresariado, especialmente o da representação profissional.

O objetivo deste artigo é analisar o pensamento de Nobre de Melo expresso nas colunas do jornal *O Século*

¹Movimento nacionalista e conservador com o objetivo de contribuir com uma solução de direita para os problemas da Primeira República. Cf. LEAL, 1999.

nesse contexto, bem como a sua aproximação com a União dos Interesses Económicos e, posteriormente, em que medida os interesses desses empresários foram representados por Nobre de Melo enquanto embaixador no Brasil.

O Jornal *O Século* E A União Dos Interesses Económicos

O Século foi um periódico que circulou de 1880 a 1979. Desde sua origem, empenhou-se na defesa do projeto republicano, e, com o apoio de uma elite de jornalistas e intelectuais ligados a causa da República em Portugal, a empresa rapidamente alcançou êxito em vendas e popularidade. Na virada do século, sob a gestão de José Joaquim da Silva Graça, o periódico passou por um processo de dinamização, com a formação de uma rede de jornalistas correspondentes, bem como a introdução de novos suplementos, edições especiais e outras publicações. Ao longo dos anos seguintes, a linha editorial *d'O Século* ultrapassou a temática do regime republicano e tornou-se mais ampla, norteando-se pela preocupação em manter uma diversidade de público leitor, o que incluiu o aumento de pautas desportivas e culturais².

Na década de 1920, justamente quando o periódico atingiu a maturidade empresarial, cravou-se uma crise motivada por múltiplos fatores, entre os quais se destacam as divergências entre a direção da empresa acerca da linha editorial a ser seguida e os impactos da campanha contra a Companhia Portugal e Colónias, a qual o jornal encabeçou. A retaliação contra as denúncias promovidas pelo *Século* não tardou. A Companhia Portugal e Colónias investiu no controle da empresa, aproveitando-se de sua crise interna, e no ano de 1922, assumiu o controle do jornal.

Nesse período, Portugal vivenciava um contexto de

²Cf. *História da Empresa Pública Jornal O Século*.

intensa agitação política. Em dezesseis anos de duração, a Primeira República portuguesa contou com oito presidentes e cinquenta mudanças de governo. As disputas partidárias foram, em certa medida, suspensas quando o país ingressou na Primeira Guerra Mundial. A partir de 1922, os problemas políticos se acentuaram com a percepção cada vez mais clara da inviabilidade da política econômica em andamento, prejudicada pela fuga de capitais, que inviabilizava a consolidação de um processo de modernização econômica. A partir daí, medidas como o fim do subsídio para o pão e a determinação de que os pagamentos referentes aos títulos da dívida pública deveriam ser feitos em escudos (e não mais em libras), foram medidas que provocaram dias de caos e insatisfação. Nesse contexto, assumiu o governo José Domingues dos Santos, representando a esquerda democrática. Diversos setores do empresariado, sentindo-se ameaçados, articularam-se, com o objetivo de defender seus interesses.

Nuno Luís Madureira (2002), ao analisar a atuação do empresariado português ao longo da Primeira República, aponta duas estratégias distintas acerca do associativismo patronal: até 1921, predominou o que o historiador classifica como *governo pela influência*—que correspondia a uma estratégia de representação na qual o empresariado buscou, por meio de canais de acesso aos centros de decisão, influenciar nos rumos da política econômica portuguesa. Ao longo da década de 1920, teve início uma segunda fase: *o governo dos interesses*, em que o empresariado passou a desenvolver programas político-econômicos próprios, com o objetivo de ingressarem eles próprios no jogo político, via eleição.

Nesse contexto, foi criada, em setembro de 1924, a UIE, organização, encabeçada pela Associação Comercial de Lisboa, que tinha como objetivo a construção de uma plataforma política conjunta entre os setores do comércio, indústria e agricultura.

Constituída em setembro de 1924, a UIE não procura já colaborar com o governo, influenciar ou persuadir. Procura governar. O avanço do movimento associativo patronal para a competição com os partidos, a nível eleitoral e extra eleitoral, é um sinal de rotura com o liberalismo democrático. Em vez do parlamento eleito por sufrágio restrito e masculino, o patronato propõe a restauração do Senado Sidonista com representantes nomeados pelas forças econômicas (MADUREIRA, 2002. p.41).

Composição da União dos Interesses Econômicos³

| NOME | FUNÇÃO | CARGO NA UIE |
|--------------------------|---|----------------------------------|
| João Pereira da Rosa | Jornalista Diretor da Associação Comercial de Lisboa Vogal na Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa | Presidente da Junta Central |
| Levi Marques da Costa | Vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa | Vice-presidente da Junta Central |
| Alfredo Ferreira | Diretor da Associação Comercial de Lisboa | Diretor |
| Carlos de Oliveira | Diretor da Associação Comercial de Lisboa | Diretor |
| Joaquim Roque da Fonseca | Diretor da Associação Comercial de Lisboa | Diretor |
| Nunes Mexia | Diretor da União Agrária | Diretor |
| César Azevedo | Diretor da Associação Industrial Portuguesa | Diretor |
| António de Assis Camilo | Diretor da Associação Comercial de Lisboa | Diretor |
| Eduardo Maria Rodrigues | Associação Comercial de Lojistas | Diretor |

Ao longo desse processo de organização política do empresariado, uma prática comum foi a compra de empresas jornalísticas por setores do empresariado português como

³Cf. FONTES, 1999, p. 71-73

estratégia de divulgação de suas ideias políticas. Nesse movimento, destacam-se as aquisições dos jornais *1º de Janeiro*, *Diário de Notícias* e *d'O Século*, este último, adquirido pela UIE em novembro de 1924 (TELO, 2011).

Em seu panfleto de divulgação, a direção da UIE deixava explícita a relação que mantinha com o jornal.

O Século, portanto, é o porta-voz ou o arauto que levará por todo o país, espalhando e difundindo, as ideias e os princípios da UIE – ideias e princípios que, postos em prática, são a melhor cura do definhamento econômico, financeiro, social e até moral, intelectual e físico, da sociedade portuguesa (PANFLETO DE DIVULGAÇÃO... p. 305).

A direção do periódico ficou por conta do jornalista diplomata Henrique Trindade Coelho, e a administração coube ao jornalista João Pereira da Rosa.

A justificativa de criação da UIE era a de que as *forças vivas* portuguesas, pela natureza de suas atividades produtivas, viviam alheias à política, não eram consultadas quando o governo empreendia algum tipo de legislação que viesse a afetar seus interesses e tampouco eram ouvidas quando apresentavam alguma proposta ao governo. Tinham em seu discurso que o comércio, a indústria e a agricultura eram as maiores fontes de riqueza da nação e por isso, era necessário que o empresariado se consolidasse enquanto ator político.

Próxima da UIE estavam ainda figuras como Pequito Rebelo, Bettencourt Rodrigues e Martinho Nobre de Melo, que escreviam com frequência editoriais de primeira página do periódico. Na seção seguinte, analisaremos o conteúdo das contribuições de Nobre de Melo nas colunas do periódico.

Os Artigos de Nobre de Melo N'º Século: A Defesa da Representação Profissional

Entre 21 de julho e 2 de agosto de 1925, Nobre de Melo publicou três editoriais intitulados *Progressos da ideia profissionalista*. Entre os defensores da representação profissional daquele contexto, prevalecia a ideia de que membros de cada grupo profissional são os que melhor podem representa-los em órgãos da administração. A inserção de *representantes classistas* nesses órgãos era compreendida por seus defensores como sendo de alta conveniência, pois, por meio dela, está afastada a falsa representação de partido e garantidas a competência, a moralidade e a verdade dos interesses do grupo (MONSARAZ, 1920).

Além de defender a representação profissional no legislativo, Nobre de Melo tece críticas ao liberalismo econômico e ao sistema democrático. Atribuía ao parlamentarismo a crise então vivenciada em Portugal e afirmava que o erro que condenava todo o sistema político vigente encontrava-se no processo de formação do regime republicano, quando os envolvidos na derrubada da Monarquia e instauração da República preocuparam-se muito mais em dar fim àquele sistema de governo que em elaborar de maneira cuidadosa o tipo de regime político que seria implementado a seguir. Classificava o parlamentarismo português como *politiqueiro* e *anti-orgânico*, responsável pela perda do sentido coletivo da continuidade nacional. E não poupava elogios aos líderes autoritários em ascensão naquele contexto.

Ah, por Deus, não nos chamem, então, a nós, conservadores, nós, que pertencemos a uma geração de revoltados, de anti-individualistas e anti-parlamentaristas; nós, que nos orgulhamos de ser do nosso século, o século dos George Sorel e Maurras, dos Mussolini e Lenin. Porque, entenda-se bem, cada um destes, a seu modo, ajudou a matar a superstição da

democracia política, que vinha já mal-ferida do século antecedente, pelos gênios de Pio IX, Comte e Proudhon (MELO, 02 ago. 1925, p. 1).

Se a postura antiparlamentar de Nobre de Melo parece, a uma primeira análise, incoerente com a linha editorial do periódico, mantido pela UIE com o propósito de divulgar seu programa e seus candidatos para concorrer às eleições legislativas que se avizinhavam, é necessário salientar que o articulista não era voz dissonante. Em um editorial publicado n’*O Século* cinco meses antes, e sem a identificação de autoria, é possível observar um argumento bem semelhante, a respeito da experiência italiana.

É um regime duro porventura em excesso? Talvez o seja, se olharmos os fatos a luz dos princípios. Mas dentro desse regime forte, todos podem trabalhar à vontade e os próprios operários, pelas numerosas adesões ao fascismo e pelo que mostram os números anteriores, não parecem descontentes com a situação. Quem se queixa sobretudo é a política rançosa que tinha levado a Itália à beira do abismo e que não pode hoje, como podia outr’ora, viver na podridão que precede as grandes catástrofes! Dela renasce hoje para a vida e a luta uma nação forte e confiante nos seus destinos! É esta a obra dos governos que sabem governar! (GOVERNOS... p. 1)

Com relação ao liberalismo, Nobre de Melo o classificava como sendo “uma organização social em que a vida do homem, a vida das mulheres e das crianças não passa de uma mercadoria, feita como as mais a lei da oferta e da procura e forçosamente iniqua, pagã.” (MELO, 02 ago. 1925, p.1)

Para o articulista, a representação profissional era a solução para o problema da crise do parlamentarismo. Criticava ferozmente os que a rejeitavam por pura antipatia ao IL (MELO, 21 jul. 1925). Nobre de Melo pertencia a geração dos integralistas (PINTO, 1983) em Coimbra e manteve uma boa relação com os membros do movimento ao

longo de sua trajetória, embora nunca tenha sido oficialmente membro, defendia muitos dos princípios do IL, especialmente a representação profissional (AMEAL, 1932-1934, p. 721). Quando, em 1918, com a chegada ao poder de Sidónio Pais, os integralistas exerceram ativa colaboração em seu governo, Nobre de Melo acompanhou de perto e com entusiasmo. (QUINTAS, 2014). Como ministro da Justiça daquele governo, via com muito otimismo as iniciativas de representação socioprofissional,

Sidónio temera um momento que os eleitos, podendo vir a ser na sua maioria, monárquicos, pesassem com o seu número nas votações e discussões políticas, desfavoravelmente à República. Ilusão. O que eu previa foi quanto se sucedeu. Representantes das classes, os eleitos falavam por elas, e embora muitos fossem efetivamente monárquicos, todos se sentiam ligados pela profissão, todos presos ao voto de origem, de modo que nenhum fez *política*, de nenhum a mais leve demonstração de hostilidade ao regime. Ao falecido Visconde de Coruche, senador pelos sindicatos agrícolas, ouvi eu esta nobre declaração nos corredores do Senado: Aqui não sou monárquico, sou simplesmente lavrador (MELO, 25 jul. 1925, p. 1)

Embora reconhecesse a influência do IL na formulação da representação profissional, Nobre de Melo destacava que não se tratava de uma ideia exclusiva do grupo português.

[...] questiono se Deschanel – presidente da França, defensor da ideia profissionalista, e nomes como Paul Boncoar – socialista revolucionário, republicanos como León Duguit, Hennessy, Ribot são seguidores de António Sardinha, só por defenderem a ideia do profissionalismo (MELO, 21 jul. 1925).

De fato, boa parte das ideias defendidas pela UIE tinha como modelo inspirador experiências estrangeiras. No panfleto de divulgação elaborado no contexto do lançamento da UIE, a comissão organizadora cita David J. Hill (diplomata, professor norte americano) e Edouard Herriot

(primeiro ministro da França de 1924 a 1932, a quem denomina de *o radical que preside ao atual governo francês*), e o argumento de que ambos

[...] não hesitam em afirmar que as noções econômicas são as que determinam agora as ambições das nações; os povos não são corpos puramente políticos, mas sim corporações econômicas que procuram adquirir e possuir os recursos do mundo. O fim exterior da existência nacional é mais a atividade realizadora que a justiça. O Estado visa não só a proteção dos direitos, mas também o aumento do poder (PANFLETO DE DIVULGAÇÃO... p. 305).

Mas é na experiência francesa que o grupo encontra maior inspiração, até por conta de seu nome – tradução fiel de *Union des Intérêts Economiques*, organização criada na França em 1909. Ao citar franceses como Joseph Paul Boncoar e León Duguit⁴, Nobre de Melo reforça essa afinidade de ideias presentes entre o empresariado português articulado em torno da UIE e as ideias já difundidas na França há duas décadas.

Nos últimos meses do ano de 1925, já no contexto das eleições, Nobre de Melo concentrou seus argumentos na crítica à proposta socialista, que contrariava o projeto de representação profissional.

⁴ Na obra *Le fédéralisme Économique*, Boncoar defende a ideia que seria necessário a existência de uma Federação Econômica, detentora da soberania econômica e com prerrogativas que lhe permitissem coordenar grupos de interesse, tendo como diretriz o respeito às relações especiais entre os indivíduos, os agrupamentos e o Estado. Deste modo, os grupos seriam representados conforme seus interesses profissionais e deveriam ser dotados de poder legislativo e executivo. Cf: BONCOAR, Joseph Paul. *Le fédéralisme Économique*. 2 ed. Paris: Félix Alcan Éditeur, 1901. León Duguit fundamentava a necessidade da representação profissionalista utilizando entre outros argumentos, o de que cabia as instituições do Estado reconhecer os laços de solidariedade que se formavam endogenamente na sociedade. Cf. DEL PICCHIA, 2012, p. 33

Em Portugal quere-se também brincar com o fogo: quere-se brincar com a “conquista do Poder pelo proletariado” que advoga o socialismo; quere-se brincar com “o exercício do poder pelo proletariado, por uma só classe, no interesse de todas”? Pobres de nós, que mal temos indústrias, que mal temos agricultura! Se o comunismo do Estado, se o marxismo arruína os países ricos, aos países pobres, só tem um golpe a dar: o golpe de morte” (MELO, 05 nov. 1925).

Ainda que os títulos das colunas fossem diferentes, o cerne de seu argumento permanecia o mesmo: a representação profissional. No último registro analisado no contexto eleitoral, já na edição de 20 de novembro de 1925, Nobre de Melo novamente reforça seu argumento como solução para a política de Portugal.

O Estado democrático-liberal é uma construção teórica individualista, imposta à Nação. O Estado nacional é, como o seu próprio nome indica, a emancipação histórica das instituições sociais intermediárias, das regiões, dos sindicatos, das câmaras de agricultura, do comércio, da indústria, do trabalho. O sufrágio profissional e federal, eis o instrumento natural da expressão da vontade nacional (MELO, 20 nov. 1925).

Entre as temáticas constantes nas páginas do jornal, havia ainda a preocupação com o Brasil, especialmente com o declínio do comércio luso-brasileiro. Embora não fosse objeto de discussão de Nobre de Melo, muitos dos argumentos e reivindicações publicados no periódico acerca desta temática vão compor seu discurso anos mais tarde.

Os Interesses da UIE no Brasil e seus Ecos ao Longo do Estado Novo Português

Nos editoriais d’*O Século*, a partir de setembro de 1924, é possível observar que as relações luso-brasileiras também estavam na pauta de discussão do empresariado.

Temas como a emigração de portugueses para o Brasil e a crescente perda de mercado por conta da concorrência com outros países eram assuntos frequentes nas colunas do ex-senador Antônio Maria de Bettencourt Rodrigues, chamada *As nossas relações com o Brasil – o que elas são e o que elas deveriam ser*.

O cerne das temáticas envolvendo o Brasil, no entanto, era a urgência pelo estabelecimento de um novo acordo comercial. Bettencourt Rodrigues chamava atenção para o quadro alarmante aos olhos do empresariado português ligado ao setor de exportação: segundo os dados apresentados pelo articulista, o volume de exportação de Portugal para sua antiga colônia caiu de 100 mil toneladas, em 1913, para 30 mil toneladas, em 1923 (RODRIGUES, 03 jan. 1925).

Quando de algum mal enferma ou que um novo perigo ameaça o nosso comércio com o Brasil, logo todos em Portugal começamos a reclamar um bom tratado de comércio que definitivamente concilie, no que respeita a importação e a exportação, os interesses dos dois países. E assim é que este importante problema volta, de quando em quando, a ocupar a atenção dos nossos governos que, ao procurarem resolvê-lo, tem sempre invariavelmente esbarrado contra as mesmas insuperáveis dificuldades (RODRIGUES, 28 mar. 1925, p. 1).

As relações econômicas luso-brasileiras eram, até então, reguladas por um acordo realizado em 1879, que consistia em uma declaração assinada entre os dois países com o objetivo de proteger marcas de fábrica e regulamentar o comércio. A única modificação ocorrida nas relações comerciais entre os dois países foi uma convenção de arbitragem de 1909, ratificada dois anos depois. A UIE culpava o governo português pela protelação nas negociações comerciais com o Brasil. Em artigo publicado n' *O Século*, atribuía-se o problema

as indecisões que em matéria de política econômica internacional que tem havido da parte da nossa chancelaria, pois que ainda não foi assinado o tratado de comércio luso-brasileiro, teremos concluído quais as principais causas por que o valor ouro da nossa exportação para o Brasil tem declinado (RIBEIRO SALGADO, 02 out. 1924, p. 2).

No entanto, a UIE tinha consciência de que o problema da queda das exportações possuía dimensões muito mais amplas que a simples questão diplomática e a concorrência com outros países. Bettencourt Rodrigues argumentava que o desconhecimento do ambiente e das condições do mercado brasileiro era um dos fatores, especialmente em função do crescimento da produção nacional de vinho no Brasil. Além disso, outras questões como o acondicionamento inadequado e o baixo investimento na propaganda dos produtos exportados de Portugal para o Brasil também contribuía para agravar o quadro já dramático.

A UIE defendia que a aproximação com o Brasil deveria também levar em conta a conexão histórica entre os dois países. Enquanto Bettencourt Rodrigues mencionava a ação dos portugueses no sentido de preservar a unidade territorial do país que se tornou o maior de toda a América do Sul (O Brasil... 31 maio 1925, p. 1), Trindade Coelho já sustentava um discurso bem mais enfático: “O seu solo, nós o aramos, o fecundamos e eternizamos, com a enxada, com a semente, com a canção e com a Cruz” (19 dez. 1924, p. 1) – afirmou, em um de seus artigos, referindo-se as relações históricas entre Portugal e Brasil.

A efervescência da articulação da UIE sofreu um choque em função do desfecho do processo eleitoral de 1925. Os resultados obtidos ficaram aquém do esperado e contrariaram as expectativas de uma mudança rápida. A UIE elegeu quatro deputados e reduziu-se a um agrupamento minoritário. O grupo passou por um processo de

esmorecimento e esvaziamento. Seis meses depois das eleições, seus diretores cogitaram inclusive a possibilidade de extinguir a UIE. A organização, no entanto, sobreviveu, mas seu corpo dirigente foi substituído e a luta partidária, abandonada, mas João Pereira da Rosa⁵ continuou à frente d'*O Século* (MADUREIRA, 2002).

Com o fim da República, o estabelecimento da Ditadura, e, posteriormente, o Estado Novo português, muitos elementos envolvidos na UIE passaram a ocupar posições de expressão no governo de Salazar. Bettencourt Rodrigues assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1926 a 1928. José Pereira da Rosa foi parlamentar da 1ª à 4ª legislatura, e foi também presidente do Grêmio Nacional da Imprensa Diária entre 1936 e 1941 e, como mencionado anteriormente, continuou na direção d'*O Século*. Joaquim Roque da Fonseca, além de presidente da Associação Comercial de Lisboa entre os anos de 1936 a 1948 foi ainda parlamentar ao longo de quatro legislaturas consecutivas. E Martinho Nobre de Melo, como mencionamos na introdução deste artigo, foi embaixador de Portugal no Brasil de 1932 a 1945.⁶ Embora tenham seguido caminhos distintos, é possível observar como o discurso referente ao intercâmbio comercial luso-brasileiro, presente nas páginas d'*O Século*, especialmente sob a pena de Bettencourt Rodrigues, esteve presente nas ações, tanto de Roque da Fonseca quanto de Nobre de Melo.

Roque da Fonseca escreveu um livro em que abordou exclusivamente as relações luso-brasileiras, intitulado *Portugal-Brasil*, reunindo uma coletânea de textos publicados entre 1937 e 1942. Nele, o autor argumenta que os países são

⁵ Permaneceu fazendo parte da direção do jornal até a sua morte, em 1962. Cf. *História da Empresa Pública Jornal O Século*.

⁶ Sobre o período como embaixador, conferir o capítulo *Martinho Nobre de Melo: embaixador nacionalista e integralismo brasileiro* em GONÇALVES, 2012.

nações irmãs, ligadas por uma “Unidade espiritual, política e econômica”. Argumenta ainda não ser possível aos portugueses admitirem perder uma situação privilegiada de mercado com relação ao Brasil se o país, ao longo de três séculos, defendeu o Brasil de espoliações, colonizou e civilizou seu território. Para Roque da Fonseca, “o Brasil separou de Portugal não como um escravo que recupera a liberdade, mas como um filho que se emancipa ao atingir a idade própria” (FONSECA, 1937, p. 23). A essência dessa interpretação da natureza das relações luso-brasileiras também aparece em um dos primeiros discursos de Martinho Nobre de Melo enquanto embaixador no Brasil.

[...] que faz o português por todo o Brasil? Inicia algumas culturas, principalmente a cana, o fumo, o algodão; quer dizer, institui a agricultura como base da economia. Nomeia juízes, almotacés, provê todos os cargos da administração e da polícia; quer dizer, organiza a ordem política e civil. Finalmente, constrói uma igreja, aliando ao arado, à vara da lei, à balança da justiça, a Cruz; quer dizer, institui o sentimento religioso como base da vida moral da coletividade. E o que significa isto? Significa que o português, aqui, não quer ser simplesmente mercantil. Procura um novo habitat para a raça: quer a união integral do homem e da terra. Senhores, estamos verdadeiramente em face do abraço fraternal, para sempre, do português com a terra dos trópicos (MELO, 1935, p. 24).

É possível notar como ambos os discursos guardam entre si semelhanças quando ao apelo ao papel de fomentador do processo de *construção* da sociedade e da economia brasileira exercido por Portugal, tal como Henrique Trindade explicitou anos antes nas páginas d’*O Século*.

Foi no contexto do ingresso de Nobre de Melo na embaixada portuguesa, na capital federal, em abril de 1932 e do estabelecimento do Estado Novo Português, em março de 1933 que as negociações em torno do acordo ganharam fôlego e delas surgiu o Tratado de Comércio entre Portugal e

Brasil, assinado em 24 de agosto de 1933, no Rio de Janeiro. Seus principais articuladores foram Nobre de Melo e o ministro das relações exteriores do Brasil, Afrânio de Melo Franco. Entre as cláusulas mais expressivas, podemos destacar o princípio de liberdade de comércio e navegação, o estabelecimento do princípio da reciprocidade, ou seja, privilégios e favores mútuos e por fim, a cláusula da nação mais favorecida⁷.

A assinatura do tratado repercutiu nas páginas d'*O Século*. Embora reconhecesse que o acordo não resolveria todos os problemas comerciais luso-brasileiros, o jornal encarava-o como uma vitória e um “primeiro passo para uma maior aproximação econômica, tão necessária ao progresso das duas Repúblicas” (ONTEM... 27 ago. 1933, p. 1). A assinatura do Tratado de Comércio veio acompanhada de outros três eventos que foram classificados pel'*O Século* como oportunidades de fomento do intercâmbio luso-brasileiro: a Feira Internacional do Rio de Janeiro, a Quinzena do Vinho Português e a Semana de Portugal, oportunidades para a propaganda de produtos portugueses, bem como para a aproximação cultural dos dois países.

Considerações Finais

Algumas das ideias que compuseram o discurso de Nobre de Melo no jornal *O Século*, a exemplo da defesa da representação profissional e a crítica ao liberalismo econômico estavam fortemente representadas pelo IL e na ideia corporativa delineada pelos seus principais articuladores. O combate ao absentéismo, a crítica aos abusos das sociedades anônimas, às leis da livre concorrência, da oferta e da procura e da liberdade de trabalho, que o

⁷ A respeito do Tratado de Comércio Luso-Brasileiro de 1933, cf. BALTAZAR, 2006 e SCHIAVON, 2007.

sujeitavam os operários a salários de fome e ao desemprego eram elementos que se destacavam no discurso do IL. (ASCENÇÃO, 1943). Deste modo, a análise do discurso formulado por Nobre de Melo aponta para uma afinidade entre o seu pensamento e as ideias integralistas.

Outro ponto que se evidencia na análise do conjunto das temáticas dos artigos publicados pel'*O Século* ao longo do período de atividade política da União dos Interesses Económicos é a preocupação com as relações comerciais entre Portugal e Brasil e o clamor para a assinatura de um novo acordo de comércio, como um primeiro passo para o fomento do intercâmbio comercial luso-brasileiro, em dramático declínio. Ao assumir a função de embaixador de Portugal no Brasil, uma das primeiras ações de Nobre de Melo é se engajar nas articulações em torno da assinatura do tratado, que se arrastavam em um trâmite que se prolongava por décadas. Assim, a concretização do tratado de comércio, no ano de 1933, acompanhada de uma série de eventos culturais, como a Quinzena do Vinho e a Semana de Portugal, que foram oportunidades para o empresariado português expor seus produtos no Brasil, representou a consolidação das propostas da UIE, delineadas ainda em meados de 1925 e divulgadas nas páginas do jornal *O Século*.

Referências

AMEAL, João. Hospital das Letras. In: BRAGA, Luís de Almeida; RAPOSO, Hipólito (dir.). *Integralismo Lusitano: estudos portugueses*. Lisboa: Tip.Inglesa, 1932-1934

ASCENÇÃO, Leão Ramos. *O integralismo lusitano*. Lisboa: Gama, 1943.

BALTAZAR, Isabel. Ritmo Novo: o tratado de comércio entre Portugal e Brasil (14.09.1933) In: CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão (ed.). *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 205-230.

BONCOAR, Joseph Paul. *Le fédéralisme Économique*. 2 ed. Paris: Félix Alcan Éditeur, 1901.

COELHO, Trindade. O Brasil. *O Século*, 19 de dezembro de 1924, p. 1 ano 45.

DEL PICCHIA, Lúcia Barbosa. *Estado, democracia e direitos na crise do constitucionalismo liberal: uma comparação entre o pensamento jurídico francês e o brasileiro*. 2012. Tese (Doutoramento em Direito econômico e financeiro). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FONSECA, Joaquim Roque da. Relações comerciais luso-brasileiras. 29 de abril de 1937. In: FONSECA, Joaquim Roque da. *Portugal-Brasil. Portugal-Brasil*. [s.l. : s.n.], imp. 1942. Lisboa: Sociedade Nacional de tipografia. 43, [3].

FONTES, Carlos. *Feira Popular de Lisboa: diversão e poder*. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação). ISCTE, Lisboa, 1999.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. 2012. 668 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GOVERNOS DE ORDEM. *O Século*. Lisboa, 8 de março de 1925, Ano 46, n. 15466. p. 1.

História da Empresa Pública Jornal O Século. Direção Geral do livro, dos arquivos e das bibliotecas. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1009215>

LEAL, Ernesto Castro. *Nação e nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Alvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Cosmos, 1999.

MADUREIRA, Nuno Luís. *A Economia dos Interesses: Portugal entre guerras: Temas de História de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

MELO, Martinho Nobre de. A mística liberal-socializante. *O Século*. Lisboa, 5 de novembro de 1925. ano 46, n.15.690 p.1.

_____. Democracia política. *O século*. Lisboa. 20 de novembro de 1925. ano 46, n.15705 p.1.

_____. OS PROGRESSOS DA IDEIA PROFISSIONALISTA. Representação das classes e dos sindicatos. *O Século*. Lisboa, 21 de julho de 1925, p. 1.

_____. OS PROGRESSOS DA IDEIA PROFISSIONALISTA: Conservadores, não! Uma brecha no parlamentarismo. *O Século*. Lisboa, 02 de agosto de 1925, p. 1.

_____. Ritmo novo. In: MELO, Martinho Nobre de. *Rumo do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MONSARAZ, Alberto de (Ed.). *Cartilha Monárquica*. 3. ed. Lisboa: Soares & Guedes, 1920.

ONTEM, NO RIO, FOI ASSINADO O ACORDO COMERCIAL ENTRE PORTUGAL E O BRASIL. *O Século*, 27 de agosto de 1933, p.1
Panfleto de divulgação da União dos Interesses Económicos, acompanhado de programa mínimo de sua lei orgânica, questionário e ficha de inscrição. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (AHS-ICS-UL), Espólio Pinto Quartin, quota PT AHS-ICS PQ-P 305.

PINTO, António Costa. A formação do integralismo lusitano (1907-17). *Análise Social*, Lisboa, n. 70, p.1409-1419, 1983.

QUINTAS, José Manuel. O Integralismo Lusitano: para além das etiquetas. In: MARCHI, Riccardo (Coord.). *As raízes profundas não gelam? Ideias e percursos das direitas portuguesas*. Alfragide: Texto, 2014.

RIBEIRO SALGADO. Em prol da exportação portuguesa para o Brasil. *O Século no Porto*. 2 de outubro de 1924, p.2

RODRIGUES, Bettencourt. As nossas relações com o Brasil: o que são e o que deviam ser. II. *O Século*, 3 de janeiro de 1925, p. 1.

_____. As nossas relações com o Brasil: o que são e o que deviam ser. *O Século*, 28 de março de 1925, ano 46, nº 15.486. p. 1.

SCHIAVON, Carmem Gessilda Burgert. *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*. 2007. 304f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TELO, António José. *Primeira República II: como cai um regime*. Lisboa: Editorial Presença, 2011

Recebido: 04/08/2016

Aprovado: 13/10/2016

